

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ECONOMIA E EDUCAÇÃO BRASILEIRA

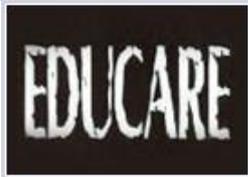
## CONSIDERACIONES SOBRE ECONOMÍA Y EDUCACIÓN BRASILEÑA

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo a realização de um estudo, mediante pesquisa bibliográfica, sobre aspectos importantes da inter-relação economia e educação brasileira. Como se sabe, a qualidade da educação em qualquer país depende, em parte, da sua economia. O investimento em educação possibilita que se alcance melhores níveis de desenvolvimento geral, inclusive, e principalmente, na educação da população. Quando há falta de recursos suficientes para a educação, por qualquer motivo, os prejuízos são imensuráveis, que vão desde a falta de infraestrutura nas escolas, carência de material didático, salários irrisórios para os profissionais da educação, etc., que acabam por provocar, também, elevado nível de evasão escolar. A evasão escolar é um fenômeno social que vem apresentando índices alarmantes de crescimento. É preciso analisar com profundidade os reais motivos que vêm contribuindo para isso. Apesar de muitos tratados internacionais e das leis nacionais que garantem uma educação de qualidade para os jovens, o que se verifica na atualidade é muito descaso com a educação. A Constituição Federal de 1988, inspirada no respeito à dignidade das pessoas, garante o acesso à escola de forma gratuita. No entanto, o que se percebe é que a qualidade do ensino público tem sido péssima. Não obstante a existência de programas de políticas públicas educacionais, ainda há muito por fazer em prol de uma educação de qualidade.

**Palavras-chave:** Economia. Educação. Investimento em educação. Evasão escolar.

**RESUMEN:** El presente artículo tiene como objetivo la realización de un estudio, mediante investigación bibliográfica, sobre aspectos importantes de la interrelación economía y educación brasileña. Como se sabe, la calidad de la educación en cualquier país depende en parte de su economía. La inversión en educación posibilita que se alcancen mejores niveles de desarrollo general, inclusive, y principalmente, en la educación de la población. Cuando hay falta de recursos suficientes para la educación, por cualquier motivo, los perjuicios son inmensurables, que van desde la falta de infraestructura en las escuelas, carencia de material didáctico, salarios irrisorios para los profesionales de la educación, etc., que acaban por provocar, También un alto nivel de evasión escolar. La evasión escolar es un fenómeno social que viene presentando índices alarmantes de crecimiento. Es necesario analizar con profundidad los reales motivos que vienen contribuyendo para ello. A pesar de muchos tratados internacionales y de las leyes nacionales que garantizan una educación de calidad para los jóvenes, lo que ocurre en la actualidad es muy descuido con la educación. La Constitución Federal de 1988, inspirada en el respeto a la dignidad de las personas, garantiza el acceso a la escuela de forma gratuita. Sin embargo, lo que se percibe es que la calidad de la enseñanza pública ha sido pésima. A pesar de la existencia de programas de políticas públicas educativas, todavía queda mucho por hacer en favor de una educación de calidad.

**Palabras clave:** Economía. Educación. Inversión en educación. Evasión escolar.



## **Introdução**

A educação e a economia são fatores importantíssimos para qualquer país. Sabe-se que quanto mais educada for a população, as chances de desenvolvimento são maiores. Esse binômio: economia x educação é interdependente, pois, ambos se complementam. Investir em educação é uma necessidade premente e isso tem sido motivo de muitos debates em todo o mundo.

A própria teoria do capital humano afirma e reconhece que quando a população é mais educada, se torna mais produtiva e saudável, trazendo benefícios incalculáveis para a qualidade de vida e para a economia.

Infelizmente, na prática dos governos esta premissa parece não estar sendo utilizada conforme deveria. No Brasil, percebe-se que os recursos financeiros destinados à educação são insuficientes sempre.

As políticas públicas para a educação, na maioria das vezes, não são cumpridas conforme o planejado, acarretando incalculáveis prejuízos para a educação. As constantes crises que afetam o orçamento estatal provocam danos lastimáveis na área da educação. Assim, muitos projetos de melhoria nessa área são abandonados no meio do caminho, além do mais, os professores não são devidamente remunerados, refletindo um completo descaso dos gestores públicos com a educação de modo geral.

Não obstante saber que realmente a crise mundial e o sistema capitalista têm prejudicado principalmente os países considerados de terceiro mundo e aqueles em desenvolvimento, como o Brasil, some-se a isso fatores como a má gestão e a má versação dos recursos públicos, protagonizados por políticos corruptos. Assim, nesse contexto, a educação cada dia mais tem se distanciado do ideal. São escolas sucateadas, sem infraestrutura adequada, sem carteiras apropriadas, sem higiene adequada, professores insatisfeitos com os salários que recebem, violência crescente no ambiente escolar, drogas ilícitas, por falta de medidas de segurança e de regras duras contra alunos indisciplinados, entre outros problemas que só avolumam-se cada vez mais.



Em virtude desse quadro preocupante, o nível de ensino e aprendizagem termina sendo prejudicado, causando desestímulo para os alunos, que acabam abandonando os estudos, principalmente no ensino básico, onde a evasão escolar apresenta índices elevados.

Assim, analisar, mediante pesquisa bibliográfica, os principais aspectos desses problemas existentes na área da educação brasileira é oportuno, como estimo à uma reflexão sobre o caos em que está mergulhada a educação.

## **Economia e educação no Brasil**

Para compreendermos as medidas governamentais tomadas no setor educacional, não basta inserir as informações empíricas de determinado período. Torna-se necessário vê-las no contexto mais amplo da sociedade brasileira, o que pressupõe uma retrospectiva das condições históricas da nossa sociedade, as quais a educação está estreitamente ligada.

O modelo capitalista que tem sido imposto aos brasileiros produziu graves reflexos na qualidade de vida do povo em suas mais diversas dimensões.

No Brasil, a concentração de riqueza tem diminuído, mas até recentemente 60% da população economicamente ativa ganhava no máximo 02 (dois) salários mínimos e cerca de somente 5% ganhava acima de dez salários.

Apesar de estar entre as dez maiores economias do ocidente, ser a 8ª economia do mundo e está entre os países que mais têm recursos naturais, o Brasil paga um salário mínimo que está abaixo de muitas nações pobres de terceiro mundo.

Aproximadamente 10% de ricos controlam 57% da renda pessoal do Brasil.

Aproximadamente 10% de proprietários rurais detêm 70% de todas as terras agrícolas disponíveis.

Esta concentração de renda repercute em todas as dimensões da vida dos brasileiros que, na sua maioria, vive marginalizado, ou seja, não participa dos benefícios econômicos, políticos e culturais do país, sofre as dificuldades agudas da miséria social,



que se traduz na desnutrição generalizada, nos salários aviltantes, nos obstáculos à educação democrática, na ausência de mínimas condições de vida.

Como, em meio a tanta riqueza, a minoria falar mais alto? Os números respondem com abundância: de 1940 a 1970, ficamos mais ricos 7% ao ano!

Para agravar a situação o Brasil luta, como outros países do terceiro mundo, contra a armadilha de dominação por parte dos países ricos do primeiro mundo, que para resguardar seus próprios interesses, querem forçar os países pobres a abrirem mão das tarifas alfandegárias, anteriormente existentes, para haver, em troca, um comércio mais livre e uma integração internacional maior.

A primeira vista, essa ideia é interessante para o Brasil e outros países pobres. No entanto, será uma forma de protecionismo e de dominação sobre estes países. O Brasil com pouca tecnologia, escassez de capital, lutando para melhorar sua competitividade, abrindo as portas aos interesses estrangeiros e abrindo mão das tarifas alfandegárias, não terá outra opção senão continuar dependente e pobre.

Com a crescente internacionalização da economia, a tendência é a formação de uma nova divisão do mundo, um reagrupamento dos países em torno do trinômio: matéria-prima, tecnologia e competência.

Há também a armadilha da dívida externa que, mesmo renegociada, é apresentada como principal fator responsável pelas dificuldades que o país atravessa.

Dentro das condições acima colocadas, encontra-se inserida a questão educacional que está estreitamente vinculada às condições econômicas e políticas. Os reflexos econômicos sobre a educação são imensos. E no caso do Brasil, onde a crise econômica é quase uma constante, agravada também por falta de interesse dos governos em implementar políticas educacionais eficazes, a situação é ainda mais grave.

Em educação, o Brasil encontra-se num processo gradativo de decadência. Na Constituição Federal de 1988 o direito à educação básica pública, gratuita e obrigatória, se mantém. Contudo, segundo dados estatísticos oficiais do final da década de 90, 33% das crianças entre 7 e 14 anos (idade de escolaridade obrigatória) estão fora da escola. Dos quais frequentam, 27,6% estão fora da faixa etária de escolaridade obrigatória. Isso



significa que mais de 60% dessas crianças não têm acesso à escola, a maioria fracassa logo nas primeiras séries.

Segundo pesquisa do IBGE do ano de 2008, mesmo na escola, 76% dos alunos no Estado da Paraíba são analfabetos, e ainda possui a 5ª pior taxa de frequência escolar do país, apesar de ter 96,5% das suas crianças matriculadas, que para especialistas e consultores da área, não basta garantir acesso à escola, mas assegurar o aprendizado. Além disso, é grande o número de crianças que chegam ao 5º ano sem saber ler e escrever. Segundo a pesquisa, a taxa de aprovação média na Paraíba para este ano (Prova Brasil e Saeb) é a 4ª pior do país. O estudo mostra ainda que os piores indicadores educacionais e sociais estão no Nordeste. Esses fatos associados ao nível de exploração que sofrem os trabalhadores no Brasil.

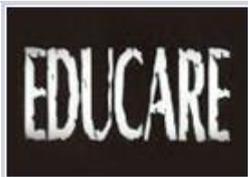
Entre os que conseguem trabalho, as condições de vida variam de miséria (01 salário mínimo) a penúria (até 02 salários mínimos).

Diante deste quadro, não podemos compreender que no Brasil a escola seja verdadeiramente democrática. As análises realizadas indicam que dois motivos levam o aluno a não ir à escola: em primeiro lugar, a pobreza impede o aluno de frequentar a escola; ele precisa ganhar dinheiro muito cedo para ajudar na sobrevivência da família; em segundo lugar, a escola não lhe parece muito atraente uma vez que o retorno não acontece de forma imediata, tanto o aluno, como a sua família, não realizam, muitas vezes, todos os esforços para a procura da escola.

Sendo assim, mesmo que vá à escola, esta de quase nada lhe adiantará.

Vê-se, portanto, na luta pela democratização da escola, muitos obstáculos a serem superados. Há uma luta para que aqueles que vão à escola, possam frequentá-la. Há também uma luta para fazer com que aqueles que estão na escola vejam a mesma como algo atraente e que nela permaneçam.

A escola, mesmo numa sociedade não democrática, é, apesar de tudo, um dos meios de democratização desta mesma sociedade, não se podendo nem devendo negligenciá-la, porque a escola oferece ao aluno informações, passíveis geradoras de conhecimento e transformação, despertando no mesmo a capacidade de um indivíduo



reflexivo, crítico e questionador. Assim, diante de tudo isso, registra-se que a evasão escolar é muito grande e, assim, merecendo uma análise à parte.

## **Evasão escolar**

A evasão escolar tem provocado grande preocupação, não só por parte dos governos, mas também, por parte dos educadores, das famílias e de toda a sociedade brasileira.

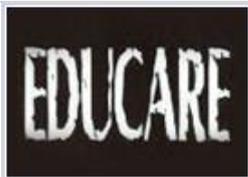
Muitas são as causas da Evasão Escolar, além das descritas anteriormente. Identificá-las é uma necessidade urgente, pois, trata-se de um fenômeno antes de tudo social e que certamente acarreta nas gerações futuras muitos e incalculáveis prejuízos.

Para que se tenha uma ideia do tamanho da evasão escolar; no ano de 2007, no Brasil, de cada 100 alunos matriculados no ensino fundamental, apenas cinco concluíram o curso.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2007):

A evasão escolar é um grande desafio para as escolas, pais e para o sistema educacional. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), de 100 alunos que ingressam na escola na 1ª série, apenas 5 concluem o ensino fundamental ou seja, apenas 5 terminam a 8ª série.

Ainda, segundo o IBGE (2007), naquele ano 4,8% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries/1º ao 9º ano) abandonaram a escola. Embora o índice pareça pequeno, correspondia, naquele período, a quase um milhão e meio de alunos. No mesmo ano, 13,2% dos alunos que cursavam o Ensino Médio abandonaram a escola, o que corresponde a pouco mais de um milhão de alunos. Muitos desses alunos retornarão à escola, mas em uma incômoda condição de defasagem idade/série, o que pode causar conflitos e possivelmente nova evasão. As causas da evasão escolar são muitas e precisam ser analisadas com profundidade. Condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didáticos – pedagógicos e a baixa qualidade do ensino das escolas podem ser apontadas como causas possíveis para a evasão escolar no Brasil.



Ainda, com base nos dados fornecidos pelo IBGE (2007), dentre os motivos alegados pelos pais ou responsáveis para a evasão dos alunos, são mais frequentes nos anos iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries/1º ao 9º ano) os seguintes: escola distante de casa; falta de transporte escolar; não ter adulto que leve até à escola, falta de interesse; e ainda doenças/dificuldades dos alunos.

Ajudar os pais em casa ou no trabalho, necessidade de trabalhar, falta de interesse e proibição dos pais de ir à escola são motivos mais frequentes alegados pelos pais a partir dos anos finais do ensino fundamental (5ª a 8ª séries) e pelos próprios alunos no Ensino Médio. Cabe lembrar que, segundo a legislação brasileira, o ensino fundamental é obrigatório para as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, sendo responsabilidade das famílias e do Estado garantir a eles uma educação integral (IBGE, 2007).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Elevado número de faltas sem justificativa e a evasão escolar vão de encontro aos direitos das crianças e dos adolescentes. Desse modo, é dever da instituição escolar valer-se de todos os recursos, dos quais disponha, para garantir a permanência dos alunos na escola. Está previsto ainda, na legislação, que esgotados os recursos da escola, a mesma deve informar ao Conselho Tutelar do Município sobre os casos de faltas excessivas não justificadas e de evasão escolar, para que o Conselho tome as providências cabíveis.

Conforme afirma Silva (2008, p. 26): “a evasão escolar no Brasil é um problema antigo, que perdura até hoje”. Apesar dessa situação ainda existente no Ensino Fundamental, atualmente, o que chama atenção é o número de alunos que abandonam o Ensino Médio.

Outro fator, de fácil percepção, e que muito tem provocado a evasão escolar é a qualidade do ensino, principalmente nas escolas públicas, sejam elas do município ou do Estado. Como se sabe, o péssimo ensino oferecido pelo governo deve-se, principalmente, pela corrupção, que tem desviado desde há muito as verbas destinadas ao ensino de



qualidade e também pela falta de incentivo aos professores, em virtude de salários irrisórios pagos pelo governo.

Hoje, os professores têm ao seu favor uma proteção salarial através da popularmente conhecida Lei do Piso Salarial do Professor, mesmo assim, muitos governos estaduais e municipais frequentemente insistem em desrespeitá-la. Tudo isso, portanto, acaba contribuindo para os elevados índices de evasão escolar.

De acordo com Queiroz (2011, p. 02):

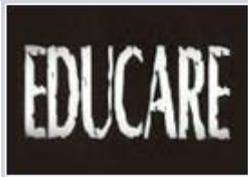
A evasão escolar, que não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação, expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho. Devido a isso, educadores brasileiros, cada vez mais, vêm preocupando-se com as crianças que chegam à escola, mas que nela não permanecem.

É fácil de perceber que as causas da evasão escolar são inúmeras, qualquer cidadão comum, pode ver isso. Assim, facilmente, pode-se apontar também como fator de evasão, a miséria, a falta de trabalho para os pais de alunos, enfim, um estado de carências múltiplas. Some-se a isso, também, o avanço das drogas entre as crianças e adolescentes, que causam violência das mais diversas formas e até a morte de muitos desses jovens, fazendo com que tenham medo de dirigir-se à escola.

Na opinião de Charlot (2000, p. 18):

A problemática da evasão escolar deve ser vista sob vários ângulos, tais como: 'sobre o aprendizado; sobre a eficácia dos docentes; sobre o serviço público, sobre a igualdade das chances, sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a crise, sobre os modos de vida e o trabalho na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania'.

Para o combate à evasão escolar, o governo juntamente com instituições privadas e toda a sociedade, vêm unindo esforços que muitas vezes não apresentam resultados animadores.



Conforme alega Gil (2010, p. 310):

A implantação dos programas voltados a diminuir o processo de evasão escolar tem apresentado resultados negativos, tornando-se desafiador para o professor, manter a permanência do aluno na escola. Se levarmos em conta nosso contexto sócio cultural identificaremos muitos fatores preponderantes, que desestimula a permanência escolar como: à sobrecarga de trabalho extensivo, professores sem uma qualificação adequada ao programa para jovens e adultos que tem contribuído mais para a exclusão social do que para a formação educacional.

Ainda, segundo o autor supracitado, um dos projetos voltados para tentar erradicar a evasão escolar é o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), que mantém seis programas de voltados assistência ao aluno, e conseqüentemente auxilia na diminuição de evasão escolar tornando a escola mais acessível e atrativa. Todas essas providências fazem parte das políticas públicas para a educação, criadas pelo governo.

Segundo alega Dagnino (2002, p.137):

No Brasil, essas mudanças permitiram à sociedade consolidar uma nova forma de gestão da educação, além de poder reverter o atendimento dado ao ensino fundamental e os altos índices de fracasso e evasão escolar. Essa nova configuração permitiu um avanço na relação Estado X Escola X Sociedade, o que implicou mudanças estruturais e na forma de pensar a gestão pública e escolar.

Passou-se, então, a ter um canal maior de interação entre Estado, comunidade escolar e comunidade geral, o que possibilitou, também, que a sociedade civil participasse de projetos e atividades desenvolvidas na escola pública, passando a ter um espaço de discussão mais ativo entre governo central e as unidades escolares.

A gestão escolar e a própria escola passaram a apresentar um novo modelo de gestão o que, conseqüentemente, exigiu novos mecanismos e instrumentos, pois se apresentava aí, uma nova configuração que posteriormente viria a ser definida como gestão democrática. Isso permitiu que projetos democráticos criados no interior da sociedade civil fossem levados ao Estado nas instâncias municipais e estaduais. Vale ressaltar, porém, que a participação da sociedade encontra algumas barreiras, tanto do lado do Governo quanto da própria sociedade civil. Seja pela burocracia, lentidão, falta



de recursos e principalmente pela falta de vontade política do Estado, ou, pelo lado da sociedade civil onde se destaca a falta de técnica e conhecimento político. Essas barreiras impedem uma participação mais ampla na formulação das políticas públicas capazes de impactar mais significativo á sociedade (DAGNINO, 2002).

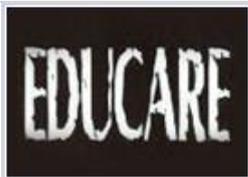
Ainda segundo o autor supracitado, a fragmentação é inerente ao próprio Estado e comum à construção da democracia. Contradições, visões hierárquicas e o autoritarismo são obstáculos ainda existentes entre as instâncias políticas e a sociedade civil.

A política educacional, neste contexto, ganhou mais espaço de discussão e intervenção além de participar mais ativamente das mudanças, tanto no campo educativo como no social. Entretanto, ainda são grandes as dificuldades enfrentadas para que se conquiste uma educação de qualidade no Brasil, pesando, conforme já dito, fatores econômicos.

Pode-se citar como exemplo de esforço para a melhoria da educação, o programa dinheiro direto na escola (hoje denominado Mais Escola) que transfere diretamente recursos às escolas de rede estadual, municipal e Distrito Federal, bem como, às escolas especiais mantidas por organizações não-governamentais. Tais recursos são enviados para fazer frente à aquisição de materiais, manutenção e conservação de prédios escolar, para capacidade e aperfeiçoamento de profissionais da educação, na implementação de projetos pedagógicos e desenvolvimento de atividades educacionais diversas. Seu objetivo maior é o melhoramento na qualidade de ensino fundamental e chamar a comunidade a auxiliar na melhor aplicação desses recursos, bem como a implementação de tempo integral para os alunos.

Segundo Torres (2008, p.37):

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem o papel de fornecer suplemento alimentar aos alunos de pré-escola e ensino fundamental as escolas públicas federais, estaduais e municipais. Cujo intuito é assegurar que o aluno tenha ao menos uma refeição diária nos dias letivos, se preocupando sempre com o valor nutricional e levando em conta as necessidades diárias de crianças e adolescentes.



Essas providências, no entanto, de pouco têm servido para minorar o fenômeno da evasão escolar nas escolas brasileiras, não obstante reconhecer que são programas importantes oriundos das políticas públicas.

As políticas públicas em geral, adotadas no Brasil, são programas de governo com destinos e finalidades específicas. As Políticas Públicas Educacionais no Brasil, têm como metas principais erradicar o analfabetismo, criar cada vez mais condições adequadas de ensino para os níveis fundamental e médio estendendo-se até ao nível superior. Mas, principalmente para os níveis iniciais, o governo se empenha com mais recursos liberados para os Estados e Municípios tentando melhorar a qualidade do ensino e, assim, criar oportunidade para todos os jovens a partir dos primeiros anos escolares.

Segundo Garcia (2004), um dos grandes problemas enfrentados no sistema de ensino brasileiro é a falta de continuidade das políticas públicas destinadas à ele, além do mais, como é de conhecimento de toda a população, os desvios de recursos da educação, realizados pelos políticos desonestos de plantão, são muito grandes.

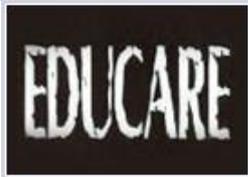
Vale ressaltar que essas políticas públicas não representam a boa vontade do governo, mas, sim, uma obrigação Constitucional, pois visa garantir os direitos sociais básicos previstos.

As políticas públicas educacionais são, normalmente, de largo alcance e, em geral, envolvem várias dimensões e atores, partindo da esfera governamental e chegando às salas de aula. Existem políticas educacionais formuladas em todas as instâncias educativas: União, Estados, Municípios, Secretarias de Educação, escolas, sala de aula, de acordo com as perspectivas e análise de cada contexto (BENÍTEZ, 2012).

A base das políticas públicas é a construção da qualidade da educação. De acordo com Vieira (2008, p.28):

Políticas Públicas são ações governamentais que o Estado estabelece para atender as necessidades da população e garantir os direitos sociais básicos previstos na Constituição como: moradia, educação, saúde, segurança pública, etc.

Assim, existem políticas públicas de educação, de saúde, de segurança e outras que o governo desenvolve para diferentes setores de atuação do Estado.



É através da Constituição que se estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família (Art. 205). Segundo Vieira (2008, p.25):

As políticas de educação requerem uma compreensão da escola não apenas como um espaço passivo e cumpridor de ações formuladas. Mas, além disso, a escola deve ser percebida como um espaço de reconstrução e de inovação, oferecendo elementos para a formulação de novas políticas.

O desafio de todos é exigir um comprometimento cada vez maior de todas as instancias envolvidas no processo educativo – da União à sala de aula – de modo que possamos oferecer às nossas crianças uma educação que seja capaz de atender às suas necessidades de desenvolvimento e aprendizagem, tratando-as com a dignidade e o respeito que elas merecem (BENÍTEZ, 2004, p. 85).

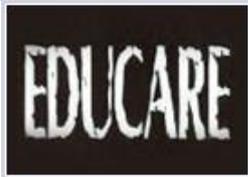
Nessa visão, segundo a autora supracitada, as políticas públicas de educação, necessitam de uma compreensão que alcance a escola e seus agentes de forma a apreender como as ideias se materializam em ações, traduzindo-se ou não na qualidade da educação – essa sendo compreendida como pedra fundamental no atual contexto educativo.

Dando enfoque à educação fundamental brasileira, a análise que se faz nesta parte detém-se basicamente na questão da organização institucional do ensino fundamental, do acesso a esse ensino e de seu desempenho. Sem ignorar a importância de outros aspectos, nem deixar de reconhecer os avanços que o sistema educacional brasileiro conseguiu nos últimos 40 anos.

De acordo com Mello (1991, p.106):

Deve-se reconhecer, por exemplo, que o País conseguiu desenvolver centros de excelência no ensino superior e alcançou um padrão bastante avançado de investigação em áreas científicas e tecnológicas. No entanto, a convivência mesma desses avanços com a situação de penúria da escola obrigatória de base mostra o descompasso do sistema com as novas demandas econômicas e sociais, que supõem um salto educacional da sociedade como um todo.

Da mesma forma, e já no âmbito do ensino fundamental, é preciso registrar o fantástico esforço desenvolvido pelo País para ampliar as



oportunidades de acesso. A taxa de participação na 1ª série desse ensino passou de cerca de 65% em fins da década de 30 a quase 95% no início dos anos 90, num período de acelerado crescimento demográfico, intensos fluxos migratórios, acentuada urbanização e industrialização. No entanto, o péssimo desempenho do sistema vem colocando sistematicamente em questão o princípio da equidade que inspirou esse esforço, na medida em que se garantiu o acesso à escola, mas não a conclusão do ensino obrigatório, nem um atendimento escolar com um padrão socialmente justo de qualidade para todos.

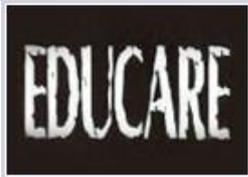
Portanto, é necessário preparar os jovens para conviver e incorporar os avanços tecnológicos, integrar a sociedade e diminuir a exclusão de setores do mercado de trabalho, e para que isso aconteça, é para a escola básica que temos de voltar os olhos. Verificar a que distância o ensino, nela oferecido, se encontra desses objetivos estratégicos. E, assim, dimensionar o esforço para reverter o quadro e colocá-lo de acordo com o novo padrão de desenvolvimento.

Nesse contexto, pode-se inferir que a educação brasileira está mergulhada em muitos problemas, entre os quais, financeiros, econômicos, de segurança, de cunho social, de má administração dos recursos públicos; e sociais, que se traduzem em um verdadeiro caos.

## **Considerações finais**

Muitos são os Tratados Internacionais que visam o incremento da educação entre a população e especialmente entre os jovens nos primeiros anos escolares. Como sabemos, a educação é um direito do cidadão e um dever do Estado proporcioná-la a todos, indiscriminadamente. A educação é fundamental e indispensável para que as pessoas e a sociedade como um todo possam desenvolver-se e, assim, produzir riquezas para si e para o Estado.

A Constituição Federal de 1988 assegura a todos, o acesso a uma educação gratuita nos níveis fundamental e médio, ficando o primeiro a cargo dos Municípios e o segundo a cargo dos Estados da Federação.



Não obstante essas garantias do Estado, preconizada na Constituição, a educação brasileira, na atualidade, vem deixando muito a desejar, principalmente no ensino das escolas públicas. O que pesa na qualidade do ensino oferecido pelo Estado é, sem dúvida, o fator econômico. Problemas econômicos, muito comuns no Brasil, refletem diretamente na qualidade da educação. Entretanto, há que se ver que existem outros fatores negativos para o desenvolvimento da educação, sendo o principal deles a falta de compromisso e a falta de interesse de muitos gestores públicos. Assim, temos uma educação de má qualidade, que acaba contribuindo para o aumento da evasão escolar.

Existem ainda outros fatores que levam à evasão escolar. Enumerá-los não é tão fácil, mas, sabe-se que entre estes estão: a necessidade do aluno em trabalhar para ajudar a família; a distância da escola; o próprio ensino que muitas vezes não corresponde às expectativas de um futuro melhor para o aluno; a violência; a miséria social, entre outros.

É bem verdade que os governos vêm tentando melhorar a educação no país, mas muitos entraves e barreiras têm ainda que ser debelados, entre eles a falta de uma política pública contínua e o combate aos desvios de verbas para a educação que é protagonizada por políticos corruptos.

Em pleno século XXI, onde os avanços tecnológicos, e em particular os avanços na área da comunicação, o acesso à educação tornou-se bem mais fácil, mesmo em tempos de crise, em países onde a educação é realmente prioridade, cabendo aos governos principalmente, criar políticas públicas educacionais que sejam permanentes e eficazes em oferecer uma educação de qualidade e plenas condições para que os alunos sintam-se estimulados em permanecer na escola, sabendo que estão construindo um futuro promissor.

No caso do Brasil fica ainda mais evidente a falta de prioridade à educação pelo Estado na vigência de uma crise como se pode constatar nesta que se estabeleceu a partir de 2015.



## Referências

BENÍTEZ, A. V. **Educação no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.labor.org.br>. Acesso em: 07 ago. 2016.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em 14 ago. 2016.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República.

BRASIL, **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DAGNINO, Evelina. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARCIA, Emerson. **O direito à educação e suas perspectivas de efetividade**. 2004. Disponível em: <http://jus.com.br/o-direito-a-educacao>. Acesso em: 17 ago. 2016.

GIL, P. C. Silva. **“Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA**. Disponível em: <http://www.senepf.cefetmg.br/galerias/Arquivos...pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

MELLO, Guiomar Namó. **Políticas públicas de educação**. Estudos Avançados, vol 5. São Paulo. 1991. SCIELO.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um Estudo Sobre a Evasão Escolar**. UFPB. 2011

SILVA, Manoel Regis da. **Gestão Pública Municipal**. UFPB. 2008.

VIEIRA, Sophia Lerchel. **Educação: política e gestão da escola**. Fortaleza: Líber Livro, 2008.

TORRES, M. C. Nogueira. **Direito à educação: a evasão escolar causada pelo trabalho infantil**. FEMPAR. Curitiba. 2008.  
Disponível em: [http://www.femparpr.org.br/.../Marcia%20Cristina%20Nogueira%](http://www.femparpr.org.br/.../Marcia%20Cristina%20Nogueira%20)  
Acesso em: 05 dez. 2013.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política e planejamento educacional**. 3. ed. revista e modificada. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.



Virgínia Maria Magliano de Moraes – **Universidade Federal da Paraíba**

Recebido em junho de 2017

Aprovado em agosto de 2017